

17 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### ZONEAMENTO

Justiça derruba liminar  
que barrava Angeloni

# TJ derruba liminar e obra do Angeloni pode ser retomada

**Desembargador  
acata recurso  
da empresa e  
permite volta  
do processo  
de concessão  
de alvarás**

Luis Fernando Wiltemburg  
*Reportagem Local*

O desembargador Paulo Roberto Hapner concedeu ontem liminar à A. Angeloni Cia. Ltda. e derrubou os efeitos de decisão provisória de primeira instância, que impedia a concessão de alvará de construção e funcionamento de um supermercado do grupo em Londrina. A empresa pretende construir o empreendimento na Rua Ulrico Zuinglio, próximo à Avenida Madre Leônia, na zona sul.

O advogado Vinícius Silva Borba, um dos autores da ação popular, afirma que vai recorrer da decisão em segunda instância. Afirma, ainda, que pedirá à Justiça à exigência de caução do grupo em caso de impedimento definitivo da construção, no julgamento do mérito.

Já o advogado de defesa do Angeloni, Maurício Carneiro, é otimista e diz que o despacho de ontem do desembargador indica decisão favorável ao julgar o mérito.

A ação popular proposta por Borba questiona a aprovação de uma lei pela Câmara Municipal que altera o zoneamento de um lote específico na rua Ulrico Zuinglio, de área residencial para comercial.

O texto, proposto pelo presidente do Legislativo, Rony Alves (PTB), recebeu pareceres favoráveis da área jurídica da Casa e de órgãos como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul), além de discussão com moradores em audiência pública. A lei foi aprovada em abril.

Porém, para evitar conflito com a Câmara – já que a Procuradoria Geral do Município recomendava veto – o prefeito Alexandre Kireeff (PSD) se absteve de sancionar ou vetar, provocando a sanção tácita por parte do Legislativo.

A alteração é questionada por Borba e outros dois advogados porque modifica apenas um terreno específico: “Os vizinhos, quando adquiriram suas áreas, não pensavam em ter um comércio ao lado”, afirma.

O pedido de suspensão dos alvarás, afirma, é para garantir que nem o município, nem a empresa, tenham prejuízos no futuro, caso a lei seja julgada inconstitucional. Isso obrigaria a demolição do que já tenha sido construído. Além disso, o processo questiona a ausência de Riau (Relatório de Impactos Ambientais Urbanos), exigido pelo Plano Diretor de 1998.

Na liminar concedida no início de setembro, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, reconhece “atropelos ao princípio da legalidade”, com base no parecer da PGM recomendando o veto.

O magistrado também afirma que há “concretos e fortes indícios de que o projeto de lei (...) ressentir-se de graves vícios procedimentais e materiais, que parecem comprometer sua viabilidade jurídica”.

**CONTINUA**

17 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Porém, ao analisar agravado de instrumento da empresa, o desembargador Paulo Hapner, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, considera que houve amplo debate da lei antes da aprovação e que o EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança), exigido a partir da revisão do Plano Diretor, substitui o Riau.

Além disso, considera que a ação popular não é a forma adequada para discutir uma lei aprovada – caberia, no caso, uma ação direta de inconstitucionalidade.

Kireeff diz que, derrubado o impedimento, volta aos trâmites normais o processo de concessão de alvarás.

Autor da lei, Rony afirma que a nova liminar "é uma vitória para a cidade", porque o empreendimento vai gerar mais de 400 novos empregos e aumentar a arrecadação da administração municipal.

17 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### LUIZ GERALDO MAZZA

#### **Coincidência**

No momento em que a Justiça enquadrou os policiais e empresários da Vortex houve a troca de integrantes da equipe de apoio do Gaeco, a rotatividade desejada pelo secretário de Segurança e repudiada pelo MP. Uma coisa nada tem a ver com a outra, mas tudo se encaixa como se dá no exame pelo CNJ da eleição de Fábio Camargo no TC e o acesso aos depósitos judiciais. Outra observação: quem deu a liminar em favor de Cid Vasquez para não ter sua licença examinada pelo Conselho Superior do MP foi o ex-presidente do TJ Clayton Camargo. Juristas costumam argumentar em situações como essas que há precariedade de nexos causal, isso é entre intenção e resultado.

17 OUT 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Londrina terá sete defensores públicos

Lucio Flávio Cruz  
*Reportagem Local*

**Londrina** – Dos 87 defensores públicos nomeados pelo governador Beto Richa na terça-feira, sete vão trabalhar em Londrina. A expectativa é que os novos profissionais iniciem suas funções em até 40 dias, após participarem de cursos e treinamentos.

A subseção londrinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reconhece que o número não é o ideal, mas comemorou o primeiro passo dado para garantir o direito de defesa e o acesso das classes mais pobres à Justiça.

“Uma Defensoria bem estruturada em Londrina precisaria de 30 profissionais. Mas esta nomeação é um grande passo para quem há 25 anos esperava por essa efetivação. Sem dúvida é um alívio”, resumiu o presidente Artur Piancastelli.

Piancastelli ressaltou que o trabalho de várias entidades representativas da cidade conseguiu cumprir o objetivo de sensibilizar o governo sobre a necessidade de Londrina receber mais defensores. “Inicialmente seriam três. Depois subiu para quatro. Mas com a presença do corregedor geral em dois mutirões carcerários aqui ele verificou pessoalmente o nosso drama e a necessidade e com isso foram nomeados sete”, frisou o presidente da OAB-Londrina. Somente Curitiba vai receber mais defensores que Londrina, com a nomeação de 22 profissionais.

A Defensoria Pública é uma obrigação constitucional do Estado e auxilia quem precisa e não pode pagar por um advogado não só na esfera criminal, mas também em assuntos relacionados à saúde e outros direitos da população. “Qualquer pessoa que ganha até três salários mínimos pode ser atendida pela Defensoria. O trabalho vai aliviar a situação carcerária, já que a maioria dos presos não tem advogado, e desafogar também o fluxo de processos nas demais varas da Justiça”, explicou Piancastelli.

Antes desta nomeação o Paraná contava com apenas 10 defensores, todos trabalhando em Curitiba. Segundo a defensora pública-geral, Josiane Fruet Lupion, também nomeada na terça-feira, há previsão para que até novembro seja publicado o edital de um novo concurso público para preencher as 110 vagas que não tiveram candidatos aprovados no primeiro concurso.

Mesmo que as 197 vagas sejam preenchidas, ainda haverá um déficit de profissionais. De acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), o Paraná necessita de 844 defensores.

A OAB-Londrina espera que após o novo concurso pelo menos mais sete defensores sejam designados para a cidade. A Defensoria em Londrina vai funcionar em um prédio localizado na Rua Brasil, no Centro.

17 OUT 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Seju anuncia transferência de 100 presos de Londrina

**Condenados que estão  
em distritos e penitenciárias  
serão levados para Piraquara**

**Lucio Flávio Cruz**  
*Reportagem Local*

**Londrina** – A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) irá transferir 100 presos condenados de Londrina para a Casa de Custódia de Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba), a partir de segunda-feira. O objetivo é desafogar as carceragens dos 4º e 5º distritos policiais, que estão superlotadas.

As transferências serão realizadas na segunda, quarta e sexta-feira em grupos de 20 detentos em virtude da logística de transporte, que será feito por ônibus. De acordo com a Seju, a lista dos presos transferidos será elaborada pelo juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) de Londrina, Katsujo Nakadomari, e os transferidos poderão ser condenados que estão nos distritos e nas duas unidades da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL). Os presos vão permanecer na Casa de Custódia na RMC até a abertura de novas vagas nas cadeias de Londrina.

Para o delegado chefe da 10ª Subdivisão Policial (SDP), Márcio Amaro, a transferência vai amenizar, pelo menos por um período, a superlotação dos dois distritos. “Com a confirmação das saídas destes presos ficamos em um patamar bem mais razoável. Hoje temos 250 detentos nas duas carceragens, o que gera todo este problema que estamos vivendo”, afirmou Amaro.

Segundo o delegado, a situação ficaria ainda melhor se fossem retomadas as 15 transferências semanais de presos dos distritos para o sistema penitenciário. “Quando o 2º distrito passou para a administração da Secretaria de Justiça foi firmada uma resolução entre a Seju e a Secretaria de Segurança (Sesp) para essas transferências. Mas em algumas semanas há transferências, e em outras não”, frisou Márcio Amaro.

De acordo com a Polícia Civil, em média, três pessoas são presas por dia em Londrina. “Não dá para garantir por quanto tempo as cadeias não vão voltar a ficar superlotadas”, relatou.

17 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA

**Oswaldo Militão**

**Curso de pós-graduação**

Coordenado pelo professor Zulmar Fachin, o Instituto de Direito Constitucional e Cidadania de Londrina promoverá, com apoio da OAB, uma série de cursos de pós-graduação nas áreas do Direito do Trabalho, Civil, Previdenciário, Processual e Constitucional contemporâneo. Com aulas 100% presenciais, os cursos contarão com profissionais do Supremo Tribunal Federal e do STJ, além de mestres chilenos, italianos e portugueses. Serão 360 horas aulas divididas em módulos. As aulas serão a cada 15 dias, sempre às sextas e sábados. As inscrições estão abertas.

## INFORME FOLHA

### **Fim do voto secreto**

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 4/2013, que acaba com o voto secreto na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, foi aprovada anteontem, em segunda discussão. Foram 44 votos favoráveis e nenhum contrário. De autoria do presidente da Casa, deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), a PEC suprime a expressão "pelo voto secreto" do artigo 57 da Constituição Estadual, que prevê as regras para votações a respeito da prisão e formalização da culpa dos parlamentares flagrados cometendo crimes inafiançáveis. No texto original, os deputados são obrigados a promover essas sessões com voto secreto.

### **Mas há exceções...**

Em setembro, a assessoria de imprensa da Casa informou à FOLHA que, além desse caso, a decisão dos deputados estaduais poderia ser mantida em segredo apenas na escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. O sigilo está previsto no artigo 216 do Regimento Interno e o dispositivo segue a determinação do artigo 77 da Constituição Federal.

17 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

# Procon pode ganhar poder de Justiça

Projeto de lei que modifica o Código de Defesa do Consumidor propõe que reuniões de conciliação tenham status de audiência

**Murilo Rodrigues Alves**  
BRASÍLIA

Os Procons de todo o País terão mais poder de ação e poderão aplicar multas diárias a empresas que infringirem os direitos dos clientes, caso sejam aprovadas no Congresso Nacional as modificações do Código de Defesa do Consumidor sugeridas pela comissão encarregada de analisar o tema. O projeto que o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apresenta hoje à comissão coloca as conciliações feitas pelos órgãos de defesa do consumidor no mesmo status de audiência na Justiça.

A ideia do governo é solucionar de forma mais rápida as reclamações dos consumidores e, ao mesmo tempo, desafogar a Justiça brasileira. Quando não houver acordo entre as partes no Procon, o juiz dispensará a audiência de conciliação e pulará direto para a audiência de julgamento. Para Ferraço, “turbinar” os Procons evitará que os embates entre empresas e consumidores fiquem parados na Justiça.

Em março, no anúncio do Plano Nacional de Consumo, a presidente Dilma Rousseff tinha pedido apoio do Legislativo para aprovar o projeto de fortalecimento dos Procons, discussão que se arrasta há quatro anos.

Incluir essas medidas na atualização do Código de Defesa do Consumidor foi a forma encontrada para não precisar recorrer a uma medida provisória, que teria efeito legal imediato, ou esperar que o Congresso aprovasse o projeto enviado na ocasião pela presidente.

Em forma de código, assim que o projeto for aprovado na comissão, segue para apreciação no plenário. A expectativa

do senador é que a atualização do código entre em vigor ainda neste ano.

**Medidas corretivas.** No leque das medidas “corretivas” que poderão ser aplicadas pelos Procons estão a determinação para que produtos com defeitos sejam substituídos ou que o dinheiro pago pelo consumidor seja devolvido.

Ainda poderão expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre questões de interesse do consumidor. Todas as decisões desses órgãos passarão a ter caráter executivo, o que permite a definição de multa em caso de descumprimento.

Outra sugestão do projeto é ampliar o prazo para que os clientes reclamem de mercadorias com defeitos para até seis meses no caso de produtos duráveis – hoje são três meses – e dois meses para produtos não duráveis, prazo que hoje é de um mês. Os Procons poderão promover também audiência global de superendividamento envolvendo todos os credores com um único consumidor.

Além da sugestão de incluir dispositivo que garante mais eficácia aos acordos e decisões dos Procons, o projeto abrange outras propostas com o intuito de modernizar o Código de Defesa do Consumidor, promulgado há 23 anos. As medidas incluem a proteção do consumidor no comércio eletrônico, restrições para a concessão de empréstimos e financiamentos e preocupações com a publicidade infantil

“Não houve espaço para retrocessos das conquistas que já estavam garantidas. O nosso entendimento, desde o princípio, foi ampliar a proteção ao elo mais fraco dessa relação, que sempre é o consumidor”, afirmou o senador.

17 OUT 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Após chacina em prisão, Sarney compra briga com juízes do MA

Leonencio Nossa / BRASÍLIA

Em processo de desgaste político, o senador José Sarney (PMDB-AP) comprou uma briga inédita com juízes maranhenses. No último domingo, ele escreveu no jornal da família, *O Estado do Maranhão*, que as Varas de Execução Penal de São Luís eram culpadas pela rebelião de detentos e a chacina de nove presos, no dia 9, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Momentos depois, o juiz Gervásio Santos, da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), publicou no Facebook que o governo de Roseana Sarney, filha do senador, não cumpria pedidos de investimentos em presídios.

Na Coluna do Sarney, editada aos domingos pelo jornal, o senador escreveu que uma portaria das Varas de Execução Penal de São Luís, de agosto, estabelecia que presos de diferentes regimes de penas e integrantes de facções criminosas rivais fossem mantidos nas mesmas celas. A portaria, no entanto, ressaltava, na verdade, que o governo estadual descumpria a Lei de Execução Penal em manter os presos juntos.

Anteontem, em entrevista ao jornal *O Globo*, Sarney reconheceu o erro e pediu desculpas. “Ele estava mal informado”, afirmou o juiz Gervásio Santos ao *Estado*.

**Investigação.** A polícia ainda investiga a origem dos disparos que mataram os nove detentos. A principal linha de investigação aponta que eles foram vítimas de colegas presos. A polícia também apura uma possível participação de agentes penitenciários na chacina. Após a rebelião no presídio, agentes encontraram nas celas 4 armas de fogo e 400 celulares.

### ● Responsabilidade

“Houve uma tentativa de responsabilizar o Judiciário pelo o que ocorreu (a chacina no presídio), mas nós estamos aqui há muito tempo alertando para o problema da superlotação.”

**Gervásio Santos**

JUIZ

Após a rebelião, o governo do Maranhão decretou estado de emergência no sistema carcerário e solicitou apoio da Força de Segurança para controlar a crise instalada com o confronto entre duas facções criminosas: Bonde dos 40 e Primeiro Comando do Maranhão (PCM).

O presidente da Amma observa que antes da rebelião 3,2 mil detentos se acotovelavam no presídio da capital maranhense. A superlotação no sistema penitenciário de São Luís pode ser explicada, segundo ele, pela falta de investimento na construção de cadeias no interior.

A associação teme que novas rebeliões ocorram nas unidades de adolescentes, onde o número de menores nas celas supera a capacidade do sistema.

As relações próximas da família Sarney com alguns juízes e a presença de membros do clã no Poder Judiciário costumam ser citadas como exemplos de controle do grupo.

Por isso, o ataque do senador no último domingo aos juízes causou surpresa. O presidente da Amma avalia que a “imagem vendida” dos juízes maranhenses não corresponde à realidade. “Não se pode generalizar”, avalia Santos. “Isso (*influência*) não é uma realidade.”

17 OUT 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### Mãe poderá indicar pai do filho na certidão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por unanimidade, projeto de lei que autoriza a mãe a registrar o nascimento do filho e indicar o nome do pai. Pela legislação vigente, cabe primeiramente ao pai a obrigação de registrar a criança. Se não houver recurso, o texto segue para a sanção presidencial.

“É um projeto que procura promover a cidadania do recém-nascido e eliminar a discriminação contra a figura da mulher, da mãe, especificamente”, disse o relator na CCJ, senador Humberto Costa (PT-PE).

Com a mudança sugerida na Lei de Registros Públicos, o registro poderá ser feito pelo pai ou pela mãe, isoladamente ou em conjunto, no prazo de até 15 dias. Diante da falta ou impedimento de um dos dois, o outro terá prazo adicional de até 45 dias para solicitar a emissão.

Quanto à possibilidade de uma falsa comunicação de paternidade, o relator destacou que já existe legislação para coibir essa prática. No parecer da Comissão de Direitos Humanos, a senadora Ângela Portela (PT-RR) classificou de “anacrônica” a legislação vigente. Para ela, além de tratar desigualmente os genitores, a regra cria obstáculo para que a mãe promova o registro.

SÔNIA RACY

### Guerra é guerra

O TJ-SP dá sinais de que dificilmente aceitará pedido do MP para rever a decisão que negou a prisão dos 175 denunciados por envolvimento com o PCC.

Por uma questão técnica: o mandado de segurança não seria a via adequada para se obter a prisão de alguém.

### Guerra 2

Curiosidade: se o juiz responsável pelo caso seguir a letra fria da lei (o artigo 282 do Código de Processo Penal), terá de intimar todos os 175 suspeitos. E expedir mais de... 155 mil páginas – entre cópias da denúncia e do pedido de prisão – antes de decidir.

17 OUT 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Panorama Político

#### **PUNIÇÃO EXEMPLAR**

*Alguns assuntos, sempre repetido aqui, deixam a caixa postal da coluna entupida. Como no caso da posição adotada pelo ministro-corregedor do CNJ, Francisco Falcão, quando sugere que seja extinta a aposentadoria de juiz que comete irregularidade utilizando o poder que lhe é concedido. A imensa maioria concorda que sendo um servidor como qualquer outro, a punição é cabível, não o prêmio.*

17 OUT 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Estudantes da USP terão 60 dias para desocupar prédio da reitoria

Os estudantes que ocupam o prédio da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) desde o dia 1º de outubro terão 60 dias para deixar o local voluntariamente. A decisão foi dada na última terça-feira (15) pelo desembargador José Luiz Germano da 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. O despacho confirma a posição do juiz Adriano Marcos Laroca, proferida em primeira instância, que considerou imprescindível o diálogo entre as partes para que não haja uma "desocupação imediata e forçada".

Os estudantes ocupam a reitoria em protesto por eleições diretas para reitor, votação paritária entre as três categorias (alunos, funcionários e professores) e fim da lista tríplice, que confere ao governador a escolha do reitor entre os três mais votados.

O da administração do Campus Ermelino Matarazzo (conhecido como USP Leste), ocupado por estudantes desde o dia 3 de outubro, também enfrenta impasse para a reintegração.

Os alunos reivindicam a instalação de uma estatuinte para discutir o afastamento da direção do campus. Professores e servidores também paralisaram as atividades desde o dia 3 de outubro.

### Projeto autoriza mãe a registrar sozinha nascimento de filho

Mães e pais poderão ter o mesmo direito para registrar o nascimento de um filho. O projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 16/2013) que garante a igualdade foi aprovado ontem (16), por unanimidade, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Se não houver apresentação de recurso para análise no plenário da Casa, a proposta segue direto para sanção presidencial.

Atualmente, o pai tem prioridade na hora de fazer o registro da criança, na falta dele, a mãe é a segunda opção. O projeto, porém, prevê que a mãe poderá declarar sozinha quem é o pai, independente-

mente de comprovação por teste de DNA.

"Obviamente que qualquer contestação à declaração, que seja feita pelo pai ou pela mãe, com toda certeza será objeto de avaliação judicial", explicou o relator da proposta na CCJ, senador Humberto Costa (PT-PE).

O texto aprovado altera a Lei de Registros Públicos (6.015/1973), e garante que o documento poderá ser requerido pelo pai ou pela mãe, isoladamente ou em conjunto, no prazo de até 15 dias. Diante da falta ou impedimento de um dos dois, a outra parte terá prazo adicional de até 45 dias para providenciar o documento.

17 OUT 2013

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Debate adia votação do novo Código de Processo Civil

Pronto para ser votado ontem (16) no plenário da Câmara, o Projeto de Lei 6.025 de 2005, do novo Código de Processo Civil será analisado somente na próxima quarta-feira (23). O tempo a mais para discussão da matéria foi motivado pela preocupação do governo com uma emenda que pretender estender aos bancos privados a capitação dos depósitos judiciais, hoje exclusividade dos bancos públicos.

Ontem (15), em reunião com lideranças do PT, PMDB, além do relator da proposta, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), e o presidente da comissão especial que analisou a proposta, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu a aprovação do texto aprovado pelo Senado que, na prática mantém a regra atual.

No parecer, Teixeira priorizou os bancos federais [Banco do Brasil e Caixa], em seguida os bancos estaduais e, por último, os privados. A intenção da área econômica do governo é manter a "preferência" por bancos públicos em depósitos desse tipo, o que na prática mantém a reserva.

17 OUT 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Bairro Novo recebe o projeto Justiça no Bairro neste sábado

O projeto Justiça no Bairro, que leva atendimento jurídico à população, será realizado na Rua da Cidadania do Bairro Novo, neste sábado (19), das 9h às 17 horas. Esta será a última edição deste ano do projeto.

O projeto é uma parceria do Poder Judiciário com a Prefeitura de Curitiba e o Ministério Público, sob a coordenação da desembargadora Joeci Machado de Camargo.

Entre os serviços oferecidos estão emissão de documentos e encaminhamento em questões de direito de família, como divórcio, pensão alimentícia, guarda e responsabilidade, entre outros.



O Justiça no Bairro já foi realizado em outras localidades de Curitiba

# TRE mantém propaganda do PT fora do ar

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) rejeitou hoje recurso da direção estadual do PT contra liminar concedida a pedido do PSDB paranaense, que determinou a retirada do ar de propagandas do partido no rádio e na televisão. Por 4 votos a 2, os juízes do TRE decidiram manter a decisão do desembargador Edson Vidal Pinto, que acatou os argumentos dos tucanos de que as inserções seriam irregulares, por fazerem promoção pessoal da presidente Dilma Rousseff. As novas veiculações previstas para o dia 28 deste mês terão que ser refeitas.

Na sua decisão, Vital Pinto sustentou que nas inserções petistas há o "desvirtuamento da propaganda partidária, utilizando-as para ataques ao Governo do Paraná, além de promoção pessoal e eleitoreira da presidente Dilma, com vistas a anunciar e antecipar de formar dissimulada e subliminar a propaganda eleitoral" antes do período permitido em 2014.

Nas peças veiculadas pelo PT, os ministros Paulo Bernardo (Comunicações) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil) exaltam realizações do governo Dilma no Paraná. Já os deputados petistas Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer, Angelo Vanhoni e Dr. Rosinha criticam o governo Beto Richa e sugerem que a melhor opção ao governo do Estado seria um candidato indicado pelo PT nas próximas eleições.

No despacho da decisão original, o desembargador determinou a intimação do PT "com a necessária urgência, para tomar as providências necessárias a fim de que os conteúdos supracitados não sejam mais apresentados nas inserções da propaganda partidária, sob pena de incorrer em infração ao artigo 347 do Código Eleitoral".

17 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## O homem que tem preço

Manoel José Lacerda Carneiro

Como recordou José Lucio Glomb em artigo publicado na Gazeta do Povo, em 3 de outubro, o grande brasileiro Sobral Pinto não tinha preço, sendo um digno representante do melhor que pode haver num ser humano, uma pessoa realmente inesquecível, embora ele, por certo, não ligasse muito para a publicidade — particularmente por saber que honestidade é dever e também por ter a exata noção de que há, graças a Deus, muitos iguais a ele no Brasil. Com certeza são esses os brasileiros honestos que fazem a nação ser mais do que um mero Estado formal e a eles devemos o que fomos, o que somos e o que seremos.

Não venho aqui pedir que o “homem que não tem preço” seja lembrado, porque penso existir outro tipo de homem que, por razões muito mais importantes, não pode ser esquecido: é o “homem que tem preço”. Também não vou lembrar-me do vil ladrão que sai pegando maços de dinheiro que podem estar escondidos nas roupas íntimas masculinas ou mesmo nos mais estranhos confins do corpo: para isso basta ver as páginas policiais. Falo de um “homem que tem preço” muito mais sutil, muito mais peculiar: é o que vende a alma!

Mas, também para o nosso Fausto particular, é preciso ainda limitar mais o vil objeto da abordagem: não é qualquer Fausto, mas sim um específico. É aquele que vende a alma porque não honra seus propósitos para obter vantagem (o que é muito importante ter em mente no ano eleitoral que se aproxima).

Este Fausto é um sujeito perigoso. Ele é o carreirista, que sempre está à espreita para tirar uma van-

tagem: não cumpre promessas, não honra compromissos, despreza mandatos — fazendo pouco daqueles que nele confiaram. Basta um aceno de algo melhor e o esperto indivíduo vai para outros lados e caminhos, pouco importando os compromissos assumidos com amores, pessoas, instituições — o povo em si. Ao aceno da vantagem, corre o cachorrinho atrás do aprazível osso, pouco importando a insegurança deixada na casa que deveria vigiar.

Ele é o personagem que deverá ser inesquecível — sempre. Para ele sobra a lição de Montaigne ao separar a enorme distância entre o falar e o agir: “o verdadeiro espelho dos nossos discursos é o curso das nossas vidas”.

Portanto, muito mais que palavras, é necessário analisar com todas as minúcias o que fez o falante antes de falar, evitando que tudo não vire pura falácia de falastrão. Ele, nosso personagem inesquecível.

Manoel José Lacerda Carneiro é ex-presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e ex-conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil.

# GAZETA DO POVO

## Coibir o clientelismo

Se a formação de partidos tem de ser facilitada, como argumentamos ontem, por outro lado é preciso criar maneiras de dificultar a vida das legendas de aluguel

**N**o editorial de ontem, chamamos a atenção para uma das graves distorções do sistema partidário brasileiro: a extrema dificuldade de se criar um partido político no país, em um flagrante desrespeito à liberdade de associação. Defendemos o abrandamento das exigências para o registro de novas legendas, mas também lembramos que de nada adianta alterar essa situação se um outro problema, igualmente grave, não for corrigido: as benesses concedidas aos partidos existentes.

A proliferação de partidos clientelistas no Brasil ocorre porque ser um cacique partidário é um ótimo negócio: concretiza-se um plano de poder pessoal, e ganha-se acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda no rádio e na televisão, moda de troca valiosa na hora de montar coligações. Uma vez superado o calvário do recolhimento de assinaturas, a mera existência do partido já garante o direito a partilhar do farto butim de recursos públicos. É claro que um bom resultado nas urnas permite abocanhar uma fatia maior do Fundo e ter mais visibilidade no horário político, mas mesmo partidos inexpressivos eleitoralmente já têm seu aporte garantido. Isso não faz o menor sentido.

Ontem, dizíamos que registrar um partido não deveria ser mais complicado que constituir uma empresa — mas, assim como a simples existência da empresa não garante os meios financeiros para sua sobrevivência, também os partidos precisam mostrar que representam uma certa parcela do eleitorado antes de pretender recursos públicos para sua manutenção. Por isso, muitos países onde vigoram sistemas eleitorais proporcionais ou distritais mistos adotam cláusulas de barreira, que só permitem a um partido entrar no Parlamento se tiver obtido um percentual mínimo dos votos daquela eleição — geralmente, entre 3% e 5%. Na Alemanha, por exemplo, uma legenda só elege parlamentares se conseguir pelo menos 5% dos votos, ou se seus candidatos tiverem vencido disputas em pelo menos três distritos. Já recordamos o caso dos Democratas Livres, tradicional partido alemão que, pela primeira vez desde 1949, ficará de fora da Câmara Baixa alemã, o Bundestag: teve 4,8% dos votos, e seus candidatos não venceram nenhum distrito. Se mesmo partidos consolidados sofrem com a cláusula de barreira, é possível concluir que ela seria um bom instrumento para coibir a criação de pequenas legendas de aluguel.

## 17 OUT 2013

O grupo de trabalho que elabora a PEC da Reforma Política na Câmara resolveu ressuscitar uma versão mitigada da cláusula de barreira, que chegou a fazer parte da Lei dos Partidos Políticos, de 1995, mas foi considerada inconstitucional pelo STF em 2006. A versão brasileira é mais leve: mesmo partidos com menos de 3% do total dos votos manteriam o direito de eleger seus parlamentares; no entanto, precisarão se contentar com “sobras” do Fundo Partidário e do tempo de rádio e televisão, e não terão direito a estrutura de liderança no Congresso. A única diferença entre a versão derrubada no STF e a proposta atual é que o percentual da barreira foi baixado de 5% para 3%. Soa bem, mas é certo que os partidos nanicos tentarão contestar judicialmente essas mudanças antes que uma PEC desse teor seja aprovada.

Também é significativa a adição de uma cláusula de barreira para candidatos, que precisarão ter votos em quantidade correspondente a pelo menos 10% do coeficiente eleitoral de seu respectivo estado. A regra impede que candidatos com pouquíssimos votos (ou seja, que não representam praticamente ninguém) acabem catapultados ao Congresso ou às Assembleias Legislativas a reboque de grandes puxadores de votos como foram, no passado, Enéas Carneiro, Clodovil e o palhaço Tiririca.

Enquanto os deputados trabalham na PEC, o Senado aprovou, em 8 de outubro, o PLC 14/2013, pelo qual a migração de parlamentares para partidos recentemente criados não corresponderá a aumento na parcela do Fundo Partidário e do tempo de rádio e televisão para essas novas legendas — o ajuste só será feito após as primeiras eleições que os novos partidos disputarem. Essa é uma medida louvável que tinha um grave defeito: foi proposta com a intenção de prejudicar Marina Silva, quando se dava como certa a criação da Rede a tempo de participar da eleição presidencial de 2014. O STF suspendeu a tramitação para evitar o casuismo. Agora, que a lei não pode mais ter impacto no pleito do ano que vem, sua aprovação é bem-vinda, por também ajudar a colocar um freio na febre clientelista. O problema não é o número de partidos, mas sua qualidade: os partidos que merecem ser fortalecidos são aqueles que se caracterizam por apresentar projetos para o Brasil e que se mostram, pelo voto, representantes de uma parcela significativa da população.

17 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## ERRATA

Ao contrário do que publicou ontem a reportagem da **Gazeta do Povo**, a Defensoria Pública do Estado do Paraná não está mais vinculada à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) desde 2011. A publicação da Lei Complementar Estadual n.º 136/2011 a tornou uma instituição independente de qualquer órgão vinculado ao governo do estado. De acordo com o esclarecimento da Defensoria, a instituição possui personalidade jurídica autônoma, diferente do que ocorre com a Seju, órgão que compõe o Poder Executivo. A Defensoria Pública tem autonomia administrativa e financeira, porém, não orçamentária.

## CASO EVANGÉLICO

### Testemunhas de defesa depõem sobre mortes na UTI

Dois testemunhas de defesa do caso da médica Virgínia Soares de Souza e de outros acusados de antecipar a morte de pacientes na UTI do Hospital Evangélico começaram a ser ouvidas durante a tarde de ontem na 2.ª Vara do Tribunal do Júri, em Curitiba. As testemunhas chamadas são dois médicos e outros seis enfermeiros que depuseram em defesa da enfermeira acusada Lais Groff.

Essa foi a sexta audiência do caso, que deve seguir ouvindo testemunhas até o final do ano. A expectativa das defesas é que a definição sobre se os acusados irão a júri ou não saia até a metade do ano que vem. Foi anexada ao processo nesta semana a sindicância do CRM sobre os quatro médicos acusados. O CRM não informou se a sindicância virou processo ético. O advogado da médica Virgínia, Elias Mattar Assad, afirmou que a abertura de processo ético é "normal" e que sua cliente tem o total interesse de que tudo seja esclarecido.

## CPI DO TRANSPORTE

### Comissão recorre ao Ministério Público contra ex-dirigentes da Urbs

Vereadores que integram a CPI do Transporte entregaram ontem uma medida cautelar ao Ministério Público do Paraná (MP-PR) como resposta à ação movida por ex-dirigentes da Urbs contra o presidente da CPI, Jorge Bernardi (PDT). A ideia, segundo o parlamentar, é não apenas protegê-lo, mas também assegurar

a manutenção dos trabalhos da comissão. Conforme diz o pedido, a ação do ex-presidente da Urbs, Marcos Isfer, e do presidente da Sanepar, Fernando Ghignone, antigo ex-diretor da empresa, só pode ser interpretada como uma tentativa de impedir o regular funcionamento da CPI. Sendo assim, seria possível enquadrar os dois nos artigos 329 e 339 do Código Penal, o que pode gerar pena de detenção de dois meses a dois anos ou até de reclusão de dois a oito anos mais o pagamento de multa.

## CORREÇÃO

### Prazo para recurso do mensalão vai até dia 21

Ao contrário do que havia informado a assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF), o prazo para a apresentação do recurso conhecido como embargo declaratório no processo do mensalão vai até a próxima segunda-feira. Inicialmente foi informado que o prazo seria até a última terça-feira.

## 10 ANOS

é o prazo máximo mantido pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão de ontem, para pedidos de revisão de benefícios previdenciários após a concessão. Com a chamada repercussão geral reconhecida no processo, a decisão vale para outros casos semelhantes que estão instâncias inferiores da Justiça – o que englobaria cerca de 20 mil casos no país.

17 OUT 2013

# TRIBUNA DO PARANÁ

LEMINSKI

## Autor usa internet contra censura

O escritor paranaense Domingos Pellegrini, vencedor de dois prêmios Jabuti e autor de 30 obras, decidiu lançar um livro em que narra episódios que viveu com Paulo Leminski depois de não ter tido autorização da família do curitibano para a publicação. Pellegrini escreveu um email ao STF (Supremo Tribunal Federal) informando de sua decisão: 'Sou escritor e acabo de colocar na internet, para divulgação e reprodução gratuitas permitidas, o livro inédito em anexo, 'Passando por Paulo Leminski', pois a família herdeira não autorizou sua publicação impressa'.

É a segunda biografia "censurada" pela família. A quarta edição de 'Paulo Leminski - O Bandido que Sabia Latim', de Toninho Vaz, também foi vetada pelos herdeiros. Segundo o autor o problema foram as oito linhas que tratam do suicídio de Pedro Leminski, irmão do poeta. Os herdeiros alegaram enfoque 'depreciativo à imagem do retratado e seus familiares'.

### STF ENTRA NA BRIGA

O STF (Supremo Tribunal Federal) vai discutir o tema das biografias não autorizadas. A audiência, prevista para os dias 20 e 21 de novembro, foi convocada pela ministra Cármen Lúcia, relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade iniciada pela Anel (Associação Nacional dos Editores de Livros).